

ASPECTOS REGULATÓRIOS E CONCEITUAIS DAS POLÍTICAS TARIFÁRIAS DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO URBANO NO BRASIL

Carlos Henrique Ribeiro de Carvalho

Pesquisador na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

Os serviços de transporte público por ônibus no Brasil são custeados quase que exclusivamente pela arrecadação tarifária, o que dá um caráter bastante importante para as políticas públicas voltadas para fixação dos valores tarifários por parte do poder público.

Os mecanismos atuais de fixação da tarifa do transporte público estão levando os sistemas de transporte público a um ciclo vicioso, em função dos frequentes aumentos tarifários e consequente perda de competitividade e demanda para o transporte individual. Essa perda de demanda retroalimenta esse ciclo.

Desde meados de 2013, quando a população foi às ruas dos grandes centros urbanos brasileiros pedir a redução no valor da tarifa, as políticas tarifárias dos serviços de transporte público urbano ficaram em xeque.

Os mecanismos tradicionais de definição, cálculo e reajuste tarifário, assim como os modelos de financiamento, não mais se adequavam à nova realidade que era colocada pela população. Os sistemas tarifários alimentaram, nos últimos anos, um ciclo vicioso de aumento e perda de demanda do transporte público ao mesmo tempo que o transporte individual ganhava força.

A política tarifária está enquadrada no conceito mais amplo de política pública,¹ o que lhe dá uma característica de instrumento para atender a determinados objetivos preestabelecidos de interesse da sociedade. Esses objetivos são definidos pelos dirigentes públicos e podem estar ligados às questões de âmbito social, ambiental, operacional e econômico-financeiro.

Para caracterizar uma política tarifária de transporte público urbano, podem-se utilizar alguns atributos de análise propostos no texto, como: o nível ou valor

da tarifa pública; estruturas e métodos de tarifação (as formas de cobrança da tarifa); as concessões de benefícios tarifários e a forma de financiamento desses benefícios; a participação de recursos não tarifários na sustentação dos serviços de transporte (subsídios, contribuições sociais, compensações do transporte individual etc.); a gestão da arrecadação tarifária; e o sistema de remuneração dos operadores.

A partir desses atributos, é feita uma análise das políticas tarifárias no Brasil, apresentando algumas inovações ocorridas em alguns sistemas que passaram por processos licitatórios recentemente.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Pode-se conceituar a política pública como um conjunto de ações de intervenção do Estado em relação a questões ou problemas de interesse da sociedade.